NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 27/Mai

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3200 Ano 2024

Exército reduz de cinco para um o total de fuzis que policiais militares podem ter em casa

Em comunicado divulgado na segunda-feira (20), o Comando Logístico também anunciou a diminuição no total de armas, de todos os tipos, que podem ser adquiridas por militares estaduais. O número caiu de seis para quatro armas

Revólver arma de fogo - (crédito: Tom Def/Unsplash)

O Exército reduziu de cinco para um o total de fuzis que policiais e bombeiros militares podem ter em casa, em acervos particulares. Em comunicado divulgado na segunda-feira (20), o Comando Logístico também anunciou a redução no total de armas, de todos os tipos, que podem ser adquiridas por militares estaduais. O número caiu de seis para quatro armas.

A permissão para PMs terem até cinco armas restritas, com possibilidade de todas serem modelos de fuzis, foi revelada pelo Estadão, em janeiro. Dias depois, o Exército suspendeu a medida em gesto ao ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que tomaria posse no dia em que as novas regras entrariam em vigor.

Lewandowski manifestou ser contrário à popularização de armas como fuzis. O receio no Executivo era o de que autorizações para muitas armas com alto poder destrutivo resultassem em desvios. Agora, o Exército pôs fim ao imbróglio, revendo os critérios definidos na portaria de janeiro.

Conforme a regra publicada no início do ano, os policiais militares podiam comprar até seis armas, sendo até cinco de uso restrito. Com os novos critérios anunciados agora, eles poderão adquirir quatro armas, sendo duas de uso restrito. Dentro das restritas, só uma pode ser um fuzil.

A nova portaria do Exército ainda disciplina as regras para os policiais militares aposentados. Eles só poderão comprar duas armas de fogo de uso permitido e nenhuma de uso restrito. As medidas também valem para integrantes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República.

Modelos

Não são todos os tipos de fuzis que podem ser comprados. Só os que seguem especificações técnicas relacionadas à energia gerada no momento do disparo (1.750 joules). Dos oito modelos de fuzis produzidos pela Taurus, por exemplo, sete estão contemplados nesse critério.

Policiais militares e os integrantes das Forças Armadas - estes contemplados em uma outra portaria, de dezembro - se tornaram novo um público-alvo do comércio legal de armas de maior potencial destrutivo, desde que decretos do governo Lula limitaram o acesso de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) a armas de uso restrito, como os fuzis e as pistolas 9 mm.

Autorização

Até 2018, antes do governo de Jair Bolsonaro (PL), os policiais militares podiam ter até oito armas em casa, mas em uma divisão específica: seis armas de uso permitido, sendo até duas de cada tipo (duas de porte, dois rifles e duas carabinas, por exemplo), e duas armas de uso restrito, sendo elas de calibres específicos. Fuzis não estavam contemplados.

A partir de 2019, com Bolsonaro, as seis armas de uso permitido passaram a poder ser de qualquer tipo. As duas restritas podiam ser de qualquer modelo, à exceção dos automáticos - que disparam tiros em sequência com um acionamento de gatilho. Portanto, os policiais podiam comprar até dois fuzis semiautomáticos.

Cerca de 77% de 90 reajustes referentes a abril, registrados no Mediador até 6 de maio, resultaram em ganhos reais aos salários, na comparação com o INPC-IBGE. O percentual representa um recuo diante do observado no primeiro trimestre de 2024, quando mais de 85% dos resultados analisados ficaram acima da inflação.

Por outro lado, apenas 1,1% das negociações de abril tiveram reajustes abaixo do INPC, o menor percentual desde dezembro de 2022. Isso significa que o recuo nos ganhos reais ocorreu devido ao crescimento do número de resultados em percentuais iguais ao índice inflacionário.

FONTE: CORREIOWEB

INFORME DIEESE

Confira o boletim De Olho nas Negociações, no site do DIEESE: https://www.dieese.org.br/boletimnegociacao/2024/boletimnegociacao44.pdf

Facebook - https://www.facebook.com/dieese

Instagram - instagram.com/dieese_online

Twitter - https://twitter.com/dieese_online

YouTube - https://www.youtube.com/user/DIEESEonline

Linkedin - https://br.linkedin.com/company/dieese

Threads - https://www.threads.net/@dieese_online

Google Podcast - https://podcasts.google.com/search/dieese

Soundcloud - https://soundcloud.com/dieese

Spotify - https://open.spotify.com/show/7njn3EMkzMleijfU7G7XoT

PF quer 3 mil novos servidores para fiscalizar CACs

Polícia Federal assumirá a responsabilidade de fiscalizar os CACs a partir de 2025

•Arma de fogo (Foto: Giuliana Miranda)

A Polícia Federal (PF) solicitou a criação de 3 mil novos cargos para assumir todas as atribuições relacionadas aos caçadores, atiradores e colecionadores de armas (CACs). Atualmente, o Exército cumpre a função de fiscalizar a categoria, que tem cerca de 1,3 milhão de armas, mas a PF irá assumir essa responsabilidade a partir de 2025. A polícia será responsável pela emissão do certificado de registro e pelo cadastro de armas dos CACs, além da fiscalização dos caçadores, atiradores, colecionadores, clubes de tiro e lojas de armas.

No entanto, membros da corporação admitem que não há estrutura suficiente para a mudança, informa a Folha de S. Paulo. Sem ao menos 700 pessoas para cargos administrativos e 700 terceirizados já em janeiro, a avaliação é de que haverá um colapso na fiscalização.

A solicitação para criação dos novos cargos foi enviada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, mas ainda não foi encaminhada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, responsável pelos concursos públicos. O documento solicita a realização de concursos a fim de preencher 222 vagas para delegados, 585 para agentes, 1.170 para administrativos e 195 para psicólogos, além da contratação de 780 profissionais terceirizados. O ministro Ricardo Lewandowski afirmou que o pedido será encaminhado até o dia 31 de maio.

A medida de passar a responsabilidade de fiscalização dos CACs a Polícia Federal tem como objetivo criar uma Coordenação Geral de Armas em Brasília e a Delegacia Regional de Polícia Administrativa nas capitais, além da divisão da Deleaq (Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos) nos estados. O decreto do governo Lula pôs fim a uma série de flexibilizações que contribuiu com o aumento de circulação de armas no país durante o governo de Jair Bolsonaro (PL),

Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que a fiscalização dos CACs feita pelo Exército foi falha, apontando uma série de fragilidades na fase de comprovação da idoneidade de quem obteve ou renovou o registro de CAC.

Fonte: 247

Lewandowski lança projetos para dar mais segurança à atuação policial

Serão assinados a portaria que estabelece as diretrizes nacionais de uso das câmeras corporais e o documento que instala o projeto Escuta Susp

•Foto: Divulgação / Força Nacional / MJSP

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, lança, nesta terça-feira (28), dois projetos para dar mais segurança à atuação policial em todo o país. As medidas seguem a principal diretriz do ministro à frente da pasta: a integração entre os diversos profissionais que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Em cerimônia no Palácio da Justiça, Lewandowski assinará a portaria que estabelece as diretrizes nacionais de uso das câmeras corporais e o documento que instala o projeto Escuta Susp, voltado à promoção da saúde mental dos profissionais de segurança pública de todo o país.

A partir dessas ações, o Governo Federal dá um importante passo em prol do cuidado e da atenção àqueles profissionais cuja principal missão é zelar pela segurança e proteção dos brasileiros.

A portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) que estabelece as diretrizes para o uso de câmeras corporais tem como objetivo uniformizar a utilização dessa tecnologia no Brasil, aumentando a transparência e a proteção dos profissionais de segurança e cidadãos.

Evidências científicas afirmam que câmeras corporais reduzem o uso de força e as reclamações de conduta do policial entre 25% a 61%. Ainda, há redução na subnotificação de casos de violência doméstica: na presença de câmeras, policiais passam a reportar esse tipo infracional mais 69% em Santa Catarina e 101% em São Paulo. A tecnologia já está consolidada em diversos países, como Estados Unidos e Inglaterra.

Em ação simultânea, com a implantação do Escuta Susp, o ministério atua para garantir a saúde mental dos profissionais de segurança pública, melhorar sua qualidade de vida e, consequentemente, o trabalho que executam.

Câmeras corporais

A adoção dos equipamentos representa um marco na modernização das práticas policiais no Brasil. O principal objetivo é garantir, simultaneamente, eficácia profissional e respeito aos direitos fundamentais.

A medida dá início a uma nova era da atividade de segurança pública, combinando transparência e responsabilidade, além de alinhamento com os padrões internacionais de

proteção aos direitos humanos.

No início de maio, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) colocou em operação a fase final do projeto de implementação de câmeras corporais e veiculares. Os testes de campo estão sendo realizados em cinco cidades: São José (SC), Uberlândia (MG), Cascavel (PR), Sorriso (MT) e Araguaína (TO). Elas foram escolhidas por critérios como densidade demográfica, localização e aspectos climáticos.

Nesta etapa, além da captação, a PRF avalia o armazenamento e o tratamento das imagens registradas por câmeras nos uniformes dos policiais e nas viaturas durante o serviço. Em apenas duas semanas de testes, a corporação celebra os resultados, com a coleta de informações extremamente valiosas para a atuação dos policiais rodoviários federais.

Além do aumento da transparência e da responsabilidade nas operações policiais, a PRF vislumbra a melhoria da qualidade das provas coletadas durante o combate ao crime e do atendimento de acidentes e fiscalização de trânsito; a proteção legal e redução das reclamações contra os agentes públicos; e o aumento da integridade física dos policiais e cidadãos abordados.

Os testes das câmeras corporais pela Força Nacional começaram em janeiro e terminaram no último dia 6 de maio. Ao todo, 150 agentes participaram dos treinamentos.

Câmaras corporais nos estados

O estado da Bahia foi o primeiro a firmar parceria com o Governo Federal para o uso das câmeras corporais. A tecnologia começou a ser usada no último dia 7 de maio, com o acompanhamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do MJSP, que será responsável pelo monitoramento no local e na avaliação dos resultados e impactos do uso dos equipamentos nas instituições de segurança pública local.

Atualmente, as polícias Militar e Civil da Bahia contam com 1,3 mil câmeras, sendo 200 doadas pela Embaixada dos Estados Unidos, por meio do MJSP.

Além da Bahia, os projetos de câmeras corporais na segurança pública foram adotados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina e estão em processo de implementação em Minas Gerais, Rondônia e Roraima.

Com o objetivo de incentivar e facilitar a adesão dos demais entes federados ao projeto, o ministro Ricardo Lewandowski estabeleceu, por meio de portaria, a possibilidade de os estados usarem os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para aquisição e implantação das câmeras corporais. A regra já está em vigor.

Em 2024, o Fundo destinará mais de R$ 1 bilhão aos Estados e Distrito Federal.

A implementação e a ampliação de projetos de câmeras corporais pelos órgãos de segurança pública serão, inclusive, levadas em consideração para o repasse dos recursos dos fundos Nacional de Segurança Pública e Penitenciário Nacional.

Escuta Susp

Em atenção à saúde mental dos profissionais de segurança pública do país, o MJSP, também por meio da Senasp, elaborou o projeto Escuta Susp para fornecer assistência psicológica especializada aos profissionais das polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e de institutos oficiais de perícia criminal.

A partir desta terça-feira (28), a agenda para atendimento psicológico on-line será aberta no Distrito Federal e nos estados de Minas Gerais, Sergipe e Rio Grande do Norte. Nos demais estados da federação, as consultas vão começar em janeiro de 2025.

O projeto foi elaborado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), referência em prevenção ao suicídio. Na primeira etapa do projeto, serão mais de 65 mil sessões para atender os profissionais de segurança pública do país.

Os atendimentos têm como objetivo reduzir o sofrimento psíquico e fundamentar estudos de um protocolo psicoterápico específico para esses profissionais, com três abordagens: acolhimento (para suprir questões pontuais em poucas sessões); psicoterapia (para acompanhamento em 20 sessões); e intervenção em comportamento suicida.

O projeto nasce baseado em dados. De acordo com números do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), do MJSP, desde 2015, foram informados 821 suicídios de policiais, sendo 2023 o pior da série histórica, com 133.

A Pesquisa Nacional de Qualidade de Vida dos Profissionais da Segurança Pública, lançada no ano passado, indicou que depressão, síndrome de Burnout, falta de engajamento e de motivação são as queixas mais frequentes entre os agentes de segurança.

Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MPT lança cartilha sobre atos antissindicais

Documento lançado pela instituição visa a orientar população sobre condutas ilícitas e como proceder em caso de irregularidade

AO Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou, na última sexta-feira (10), a cartilha "Atos Antissindicais. O que fazer?". Idealizado pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social (Conalis) do MPT, o documento constitui ferramenta de orientação para que condutas antissindicais sejam combatidas dentro de empresas e instituições públicas.

A coordenadora nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social, procuradora regional do Trabalho Viviann Brito Mattos, afirma que "a cartilha de Atos Antissindicais, diante da necessidade de promoção da liberdade sindical sob a ótica dos atos antissindicais, tem como objetivo esclarecer conceitos, conscientizar quanto as condutas ilícitas, orientar como proceder diante de uma conduta antissindical, e por fim, explicar as consequências".

A cartilha ainda apresenta o conceito de ato antissindical, as principais vítimas, como provar as práticas e quais as possíveis consequências para quem pratica tais atos.

A iniciativa se soma a outras ações da Conalis e compõe o Projeto Estratégico "Liberdade Sindical sob a ótica dos atos antissindicais", que busca a conscientização e divulgação de mecanismos de prevenção contra atos antissindicais.

A Coordenadoria possui outros três projetos estratégicos: "Sindicalismo e diversidade", "Saúde da trabalhadora e do trabalhador do SUS", e "Jovens e Sindicalismo", que motivou a campanha Dê um play nos seus direitos, em alusão ao Maio Lilás. A campanha busca estimular a participação de jovens em atividades sindicais, reforçando a importância das entidades e a necessidade de construção coletiva das pautas prioritárias para as categorias.

Com informações da PGT
Assessoria de Comunicação ? MPT-MT
Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso

MTE simplifica registro sindical com novas ferramentas online

Atualização do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) prevê novas funcionalidades, como a Solicitação de Incorporação (SI) e a Solicitação de Fusão (SF)

A partir desta terça-feira (21) está disponível no link do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho e Emprego (CNES/MTE) na internet uma nova funcionalidade, que permite a Solicitação de Cadastro (SC) de pedido do registro de sindicatos, federações e confederações de forma virtual, por meio de computadores, tablets ou até mesmo aparelhos celulares, através de qualquer navegador de Internet.

A funcionalidade é uma das muitas melhorias planejadas para o sistema CNES, que está em processo de modernização pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e as equipes da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) e do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do MTE. Para o próximo mês de junho, estão previstas a entrada em funcionamento outras funcionalidades como a Solicitação de Incorporação (SI) e a Solicitação de Fusão (SF).

De acordo com o Secretário de Relações do Trabalho, Marcos Perioto, a modernização do CNES é uma necessidade e um objetivo central do MTE. “Após a modernização de todas as funcionalidades dedicadas ao público em geral, deve-se avançar na reforma dos comandos gerenciais do CNES, operados pelos servidores da SRT/MTE, e na migração da base de dados para um novo e adequado aparato tecnológico, o que dará maior eficiência e transparência na gestão do Cadastro e facilitará a vida das entidades sindicais e dos diferentes procedimentos de registro sindical”, explica o secretário.

Fonte: MTE

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF